

## **O VAZIO DO ESPELHO: A CRIANÇA NEGRA NA LITERATURA INFANTIL**

Jahelina de Almeida Silva

“Gente, hoje trouxe um livro do qual gosto muito, e quero ler para vocês!” E assim comecei a fazer a leitura do livro *Menina bonita do laço de fita*, de Ana Maria Machado, e cada página que eu avançava na leitura tinha uma aluna que se contorcia ou se mexia, que demonstrava seu desagrado diante de tal escolha da leitura. Em um determinado momento, já quase do meio para o fim da leitura, a aluna falou, lá de sua cadeira: “Oh professora, eu não gosto desse livro não!” Logo ela, que amava todas as leituras que eu realizava, que estava descobrindo a leitura naquele ano, ela, representante dos afro-descendentes, vir com aquela fala... Mas eu não me intimidei e não fiz o que me pedia, continuei a ler até o fim, mesmo vendo-a fazer caras e bocas. Quando terminei de ler, ela adorou, não a história, mas o fato de não precisar mais ouvir aquela história “chata”.

Depois desse relato, faço algumas observações ou tiro algumas pré-conclusões, ou melhor, faço minhas leituras a respeito do comportamento da criança diante da leitura do livro: acredito que grande parte do desconforto da aluna (4º ano, 9 anos de idade) vem da sua cor, pois o livro faz menção a uma criança negra, pretinha e ela é a única criança negra na nossa sala, ou era até o ano passado. Hoje contamos com um menino também; toda vez que lia os porquês do livro explicando por que/ como ficar pretinho todos a olhavam e aqueles olhares lhe causaram mal estar, ela se sentia incomodada, pois ali se sentia não como representada, como exaltada, mas como a diferente da sala, a negra, inferiorizando-se, já que não se assume enquanto afro-descendente.

Uma outra leitura que pode ser feita também é que ela não se identifica como a menina bonita pretinha, ela se nomeia morena clara, quando questionada sobre sua cor, logo não se identifica como afro-descendente; não se vê representada naquela história, naquelas imagens.

E foi a partir desse episódio que surgiu a inquietação e pude perceber que se fazem necessárias discussões sobre questões relativas à identidade, representação e a

relação entre o que somos e como somos e o que vemos, e como nos vemos e somos vistos. Por isso, o uso do termo espelho no título, pois nem sempre ele reflete o que somos ou queremos ser, o que nós vemos ou queremos ver, o que os outros vêem de nós: apenas reflete. E sobre essa questão de identidade e pertencimento ou negação dos dois, o espelho se faz vazio, sem reflexo, sem imagem? Como revelar a criança negra, afro-descendente, sua imagem, sua identidade? Fazê-la se olhar e se ver refletida não num espelho vazio, mas cheio de imagens que dão o que falar, que remetem a uma bela história, a várias narrativas, ricas, coloridas, negras, orais, tribais... africanas?

Para nos apoiar nessas discussões sobre identidade nos basearemos em Tadeu (2002). No que se refere à representação, nos ancoraremos em Chartier (1990) e no que tange à literatura infanto-juvenil brasileira, (teremos como suporte Sousa, 2005 a, 2005b), e, para finalizar, sobre criança negra, Priore (2006) e outros autores para dar suporte e embasamentos às discussões aqui enfatizadas.

Discutir a representatividade ou o bem-estar que a criança tem com a imagem que ela vê quando se coloca diante do espelho vai além de discutir identidade, idéia de representação, mas é discutir, sobretudo, como historicamente essa imagem foi e vem sendo construída ao longo dos anos da história brasileira. Sabemos que no ano de 2003 a Lei 10.639/2003 atualizou a Lei de Diretrizes Bases da Educação 9394, regulamentando e tornando obrigatório o estudo da História e Cultura Afro-brasileira e incluindo o 20 de novembro como dia nacional da Consciência Negra. Foi preciso que se criasse uma lei, que fosse imposta, e que houvesse um chamamento para que se percebesse o descaso e desrespeito com que é(ra) tratada a sociedade africana que ajudou com braços e corpos, emoções, inteligência e negociações a formar e tecer os fios ricos e múltiplos desse território espacial chamado de Brasil, brasis, e brasis dentro do Brasil.

Foi e é preciso que se vigore uma lei para que alunos de toda educação, do infantil ao superior, leia, estude, saiba das contribuições que os africanos delegaram à história do nosso país. Mesmo que ainda caiamos naquelas histórias de tristezas e sofrimento, onde o negro é visto como inferior, pobrezinho, ou como mal, que mata o patrão, o bêbado, o favelado, é preciso mais que isso pra resgatar nos afro-descendentes um valor em se reconhecer ou se afirmar enquanto par do africano escravizado, é preciso mostrar às crianças e aos adultos que o que o africano trouxe

para o Brasil foi mais que força braçal, foi força também cultural, religiosa, na linguagem falada com seus dialetos variados, nas afetividades, tradições, que atravessaram oceanos e não se perderam, mas foram transformadas, negociadas, sincronizadas para não serem proibidas pelos novos olhos que as viam, que as estranhavam.

Começamos a apresentar a história do nosso país sobre ou a partir das contribuições que foram trazidas pelos africanos. Mostremos também a História da África, assim como estudamos a da Europa, dos países asiáticos. E assim estaremos ensinando às nossas crianças que todas têm seu valor, contribuição, no mosaico da história brasileira, desde a contribuição do adulto africano, como da própria criança e do que ela fazia e o que se fazia dela no Brasil escravocrata e pós-escravocrata.

E falando em crianças, me reporto ao livro *História da criança no Brasil*, organizado por Priore (2006), quando estuda o tema criança num texto referente a crianças mulatas, mostrando que estas viviam por aí, eram desvalorizadas de tal forma a causar espanto. As crianças negras eram tidas em sua maioria como filhos ilegítimos, moravam com suas mães, na maioria das vezes, sem pai, quando e se as mães trabalhassem na casa grande, tinham o direito de viver perto dos brancos e agüentar as terríveis brincadeiras que os amos pequenos faziam com elas. Quando cresciam, eram ensinados ofícios, termo substituído, no texto “Crianças escravas, crianças dos escravos”, dos autores Florentino e Goes (2006), pela palavra adestramento, para se referir aos ofícios ensinados às crianças, que eram treinadas, desde cedo, e que faziam a diferença na hora de vender, subindo seu valor de mercadoria. Não se pensava, nesse momento da história, no negro, africano, como pessoa, no seu desenvolvimento pessoal, apenas o adestrava para ter mais lucros.

E desse momento de criança, do modo como era vista e tratada a criança negra, teremos desdobramentos diversos nos comportamentos e nas histórias que foram construídas e passadas adiante... e, assim, essas imagens foram sendo lidas, relidas, outras cristalizadas em forma ou representadas por desenhos que povoam os livros de literatura infantil e juvenil, o imaginário das pessoas e forçam conceitos e imagens do africano e afro-descendentes em nossos dias atuais.

E para discutir sobre as imagens da personagem negra feminina nos livros de literatura infanto-juvenil, faremos algumas incursões e menções ao texto de Sousa (2005a), que discute tal assunto. Quando inicia as discussões sobre a representação

da personagem negra, afirma que na literatura adulta é representada pela visão etnocêntrica, estereotipada (inferior e desprestigiada) em relação à mulher branca. Nesse primeiro momento não teremos uma literatura voltada para as crianças, ela só vai ser confeccionada no Brasil no final do século XIX e início do XX. Mas a presença das personagens só irá acontecer no final de 1920 e início de 1930. Entretanto, as representações sempre estavam atreladas a condições subalternas (empregada doméstica, como a famosa Tia Anastácia, do *Sítio do Pica-Pau Amarelo*, de Monteiro Lobato – marco da literatura infanto-juvenil.). Todavia, vai acontecer uma reviravolta na história literária no ano de 1975, já que nesse ano começa a ser percebida uma literatura infanto-juvenil, preocupada e comprometida com uma representação mais realista, “mas que nem por isso deixou de ser preconceituosa discriminatória e/ou racista”. (SOUSA, 2005a).

Preocupação, esta, que vem se reiterando nas salas de aulas, pois, como afirma Sousa (2005b), há uma não identificação por parte das crianças negras com a história, elas não se identificam. Sousa (2005b) faz menção a essa problemática usando a seguinte frase: “[...] só é possível o indivíduo manter sua auto-identificação como pessoa de importância no meio que confirma essa identidade (Berger, 1993)[...]”. E como ainda são tímidos os incursos pela história da África, fica impraticável para a criança manter uma auto-identificação com aquilo que lhe parece estranho, lhe chega pejorativo aos olhos e ouvidos, e esses são os canais que resultam na construção ou não de uma identidade. É Sousa (2005b, p. 114) quem nos lembra que “os instrumentos legitimadores como família, escola e mídias tendem a desqualificar os atributos do segmentos étnico-racial negro...” e, por isso muitos dos alunos afro-descendentes desenvolvem uma auto-estima acentuadamente baixa, como ocorreu com minha aluna, por exemplo.

A recusa à assimilação por parte do negro decorre, portanto, da percepção de sua marginalização e rejeição social, já que por mais que procurasse imitar os brancos, não conseguia lograr a igualdade e respeito almejado. Surge daí a “revolta”, ao notar que “a verdadeira solução dos problemas não consiste em macaquear o branco, mas em lutar para quebrar as barreiras sociais que o impedem de ingressar na categoria de homens”. Deixando-se de lado a “assimilação, a liberação do negro deve efetuar-se pela reconquista de si e de uma dignidade autônoma” (MUNANGA, 1988, p. 32). Ou seja, Aceitando-se, o negro afirma-se cultural, moral, física e psiquicamente. Ele se reivindica com paixão, a mesma que o fazia admirar e assimilar o branco. Ele assumirá a cor negada e verá nela traços de beleza e de feiúra como qualquer ser humano “normal” (MUNANGA, 1988, p. 32, apud OLIVEIRA, 2008,p.3)

Quando a sociedade afro-descendente começar a se olhar e se ver no espelho com suas belezas e defeitos e se reconhecerem qualidades e defeitos inerentes a todo ser humano (e não se nomear feio por ser dessa ou daquela cor, jeito, cultura), o espelho deixará de ser vazio de imagens e refletirá contornos singulares, cheios de vida, de brilho, de cores e sabores, balanços... movimentos e serão os contornos do espelho que você olha e não o espelho criado para refletir o que a sociedade quer e nomeia como.

Apostando na literatura infanto-juvenil como objeto de estudo, levando em consideração que esta:

[...]constitui um campo de produção, circulação e apropriação cultural, seu estudo tem sido fonte importante para a investigação histórica. No trabalho historiográfico, a literatura tem sido ferramenta de apreensão da dinâmica sociocultural de diferentes momentos históricos. Porém, há que se destacar a especificidade da fonte e a importância de o historiador tomar o texto literário não como descrição do real, mas como sua representação. Representação esta constituída no diálogo com as demais práticas culturais, que conferem à prática literária sua sustentação. (GOUVEIA, 2005, p.3)

Percebemos, aqui, que muitas dos autores fazem sua leitura apenas das narrativas literárias, o historiador tem que ter pra si que esta forma de linguagem é mais uma representação do real, daquilo que se vive, que se sente, que é presenciado na sociedade, regado de valores, subjetividades, representações.

A década de 1980, com toda a sua redemocratização, deu os primeiros passos para romper com essas formas de representações preconceituosas das personagens negras, representantes dos afro-brasileiros foram além do enfrentamento de preconceitos raciais, sociais e de gênero. Houve uma preocupação com a escrita, valorizando a mitologia e a religião de matriz africana. Percebe-se também uma ruptura com o modelo de desqualificação das narrativas oriundas das tradições orais africanas e proporcionando uma ressignificação da importância da figura materna (mãe e avó) na vida da criança. Também podemos perceber, segundo análises de Sousa (2005a), que as imagens reproduzidas e que compõem o texto do livro didático se mostram mais diversificadas, menos estereotipadas. "Elas [as personagens negras] passam a ser representadas com tranças de estilo africano, penteados e trajés variados." (SOUSA, 2005<sup>a</sup>, p. 191)

Essas transformações aconteceram por grande esforço e organização dos movimentos negros, das mulheres negras, na virada do século, no intuito de positivizar

as personagens negras através de denúncias e reivindicações, incluindo nesse espaço o estudo da cultura africana e a releitura das imagens e passividade do negro no período escravocrata.

Todos esses e muitos outros melhoramentos foram e estão sendo feitos e refeitos em relação às imagens e história da personagem negra na literatura infanto-juvenil, para que se possa construir ou reconstruir a imagem da personagem negra desde a sua infância até a vida adulta e idosa do negro e, assim, termos orgulho dessa outra parte de nossa história que foi trazida e dada a ler de forma tão marginalizada, preconceituosa, minimizada. E tudo isso, esse desrespeito que se percebe, só irá findar quando as crianças tiverem mais acesso a livros literários ou não sobre a África, suas histórias, cultura... quando os professores tiverem formação suficiente para discutir sobre o tema, apresentar livros que tragam não só a personagem negra nas histórias, mas as suas histórias e memórias...

É preciso muito mais que textos literários e não-literários sobre a cultura afro para quebrar ainda tabus de beleza de aceitação identitária, de cor, de credo, de lugar numa sociedade extremamente fracionada e racista. É como nos fala Oliveira (2008, p. 02):

[...] Não basta, portanto, a mera inclusão no mercado editorial e no espaço escolar de produções literárias que apresentam protagonistas negros (as), ou que delineiam as religiosidades de matrizes africanas, a cultura afro-brasileira, o continente africano e temáticas afins. Diante da propagação da inferiorização do segmento étnico-racial negro nos materiais didáticos e na literatura, mais ainda se faz necessário, na atualidade, redobramos a atenção em relação às produções nesse enfoque, pois, em virtude da lei 10.639/03, a tendência é que haja investimento no mercado editorial, culminando com publicações reedições nem sempre elaboradas com a devida qualidade estética e temática.

Sabemos que a tradição cultural de inferiorização e subjugação dos africanos e seus descendentes é um fardo pesado sobre os ombros destes que são seus representantes, entretanto, mesmo com todas as falhas, as lacunas, os contratempos, é válida toda discussão acerca da construção, mesmo que tardia, de uma história do africano, do afro-brasileiro, para que, de hoje em diante, eles consigam se orgulhar e se ver como um afro e não como moreno, chocolate, mas se assumam em sua cor, em sua cultura, seus traços físicos, sua beleza, suas histórias.

Quando vejo que ainda tem muito o que se discutir e praticar sobre identidades, sobre representações, que nos construímos e que são construídas e colocadas como padrão a serem seguidas, percebo, a margem que devemos percorrer para neutralizar e

Graduanda em Pedagogia pela Universidade Federal da Paraíba – UFPB VIRTUAL. Especialista em Historiografia Ensino de História pela Universidade Federal de Campina Grande – UFCG. Professora da rede Municipal de Massaranduba- PB.

desconstruir estereótipos, imagens que foram pintadas e moldadas a séculos, e certamente não serão desfeitas em pouco tempo, sem discussões, protestos, formulações legais. Todo esforço é válido para que a história, principalmente do nosso país, seja reescrita, também, a partir do olhar do africano raptado de seu lar, da sua mãe África, e trazido o Brasil para dar lucro, gerar riquezas e ser colocado e esquecido de forma tão pequena, diante de tamanha participação.

Refletir no espelho de cada criança que se olha e se reconhece e se aceita como afro-descendente é uma tarefa não só para nós professores e professoras, mas para toda e todo aquele que deseja ver fluir, aos olhos do mundo multicultural, a igualdade e diversidade que sabemos existir mas que não se assume de fato e direito. Não quero ver mais espelhos vazios, sem reflexo!

### **Referências Bibliográficas**

BRASIL. **Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003**. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”, e dá outras providências. Diário Oficial da União. Brasília, DF, 10 jan. 2003.

CHARTIER, Roger. **A História Cultural: entre práticas e representações**. Tradução Maria Manuela Galhardo. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.

DEBUS, Liane Santana Dias. **A representação do negro na literatura brasileira para crianças e jovens: negação ou construção de uma identidade?** PUIP - Pedagogia – Pedra Branca/Tubarão, s.d.

FLORETINO, Manolo & GOES, José Roberto de. Crianças negras, crianças dos escravos. In: PRIORE, Mary Del. **Histórias das crianças no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2006.

GOUVEIA, Maria Cristina Soares de. Imagens do negro na literatura infantil brasileira: análise historiográfica. In: **Revista Educação e Pesquisa**. São Paulo, v. 31, 80 n. 1, p. 79-91, jan./abr. 2005.

JOVINO, Ivone da. **Literatura infanto-juvenil com personagens negros no Brasil**. In: Literatura Afro-Brasileira. SOUZA, Florentina & LIMA, Maria Nazaré. (orgs). Centro de Estudos Afro-Orientais Fundação Cultural Palmares. 2006. pp. 180-220

Graduanda em Pedagogia pela Universidade Federal da Paraíba – UFPB VIRTUAL. Especialista em Historiografia Ensino de História pela Universidade Federal de Campina Grande – UFCG. Professora da rede Municipal de Massaranduba- PB.

OLIVEIRA, Maria Anória de Jesus. **Literatura afro-brasileira infanto-juvenil: enredando inovação em face à tessitura dos personagens negros.** São Paulo: julho de 2008.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Documentos de Identidade:** uma introdução às teorias do currículo. 2002. 2 ed. Belo Horizonte, Autêntica.

SOUSA, Andreia Lisboa de. A representação da personagem feminina negra na literatura infanto-juvenil brasileira. In: **Educação antirracista:** caminhos abertos pela Lei Federal nº10.639/03 Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização diversidade – Brasília: MEC, SEC, Alfabetização e Diversidade, 2005a. Coleção Ed. Para Todos.

SOUSA, Francisca Maria do Nascimento. Linguagens escolares: reprodução do preconceito. In: **Educação antirracista:** caminhos abertos pela Lei Federal nº10.639/03. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização diversidade – Brasília: MEC, SEC, Alfabetização e Diversidade, 2005b. Coleção Ed. Para Todos.

Graduanda em Pedagogia pela Universidade Federal da Paraíba – UFPB VIRTUAL. Especialista em Historiografia Ensino de História pela Universidade Federal de Campina Grande – UFCG. Professora da rede Municipal de Massaranduba- PB.